

BOLETIM 608

Brasília, 17 de julho de 2018



Filas quilométricas de desempregados no centro de SP

Governo culpa greve pela falência de sua política econômica: PIB -3,4%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado nesta segunda-feira (16), despencou 3,34% em maio, em relação a abril. Foi o que bastou para a continuidade da ladainha de que a causa foi a greve de 11 dias dos caminhoneiros, propagada pelo governo Temer e reverberada por analistas da mídia e alguns incautos.

O índice acumulado entre janeiro e abril, antes portanto da greve dos caminhoneiros, já estava negativo em -0,49%. Na comparação com maio de 2017, a queda do IBC-Br foi de -1,54%.

Considerado uma “prévia do PIB”, o IBC-Br, na comparação com o mês anterior, ficou negativo em janeiro (-0,52%), variou próximo a

zero em fevereiro (0,3%), ficou negativo em março (- 0,77%), teve uma variação positiva em abril (0,5%) e desabou em maio (-3,34%).

Assim, os números do BC desmontam a farsa da “recuperação econômica” tantas vezes propalada e mostram que, ao invés da responsabilidade ser dos caminhoneiros, atestam a total falência da política econômica neoliberal do governo.

Em função da política alucinada dos preços dos combustíveis, do aumento das tarifas da energia elétrica, juros estratosféricos, cortes nos investimentos públicos, arrocho na renda e desemprego recorde, todos os indicadores econômicos beijaram a lona, jogando gasolina na fogueira da recessão, iniciada em abril de 2014.

Na verdade, a paralisação dos caminhoneiros serviu para escancarar o fracasso dessas política.

De acordo com o governo – Relatório de Inflação, de março de 2010 -, o IBC-Br foi criado para “elaboração da estratégia de política monetária”. É o que chamam de “prévia” mensal do Produto Interno Bruto (PIB) – medido trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – para a definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

O cálculo do IBC-Br engloba estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos.

Que outro desfecho se poderia esperar, em uma economia em que o setor não produtivo é o beneficiário dos recursos produzidos pelo setor produtivo? De janeiro a maio deste ano, segundo o Banco Central, foram desviados do setor público R\$ 158,5 bilhões ao setor financeiro, via pagamento de juros, segundo números do BC.



Nos dois últimos anos, a média dessa transferência foi de cerca de R\$ 400 bilhões. Precisamente, R\$ 407,024 bilhões em 2016 e R\$ 400,826 bilhões em 2017.

Assolada pelos juros altos, o setor mais importante para uma política de retomada do crescimento, a indústria, está literalmente no fundo do poço. Em maio, na comparação com abril, a produção industrial recuou 10,9%, com queda em 14 de 15 locais pesquisados pelo IBGE. Evolução do setor este ano: janeiro (-2,2%), fevereiro (0,1%), março (0,0%), abril (0,8%) e maio (-10,9%).

Já o volume de vendas do comércio varejista caiu 0,6% e o varejo ampliado (inclui os gastos das famílias mais os das empresas) ficou em menos 4,9%. Todas as atividades do comércio tiveram perdas em maio, à exceção de hipermercados e supermercados.

Enquanto isso, o setor de serviços recuou 3,8% na mesma base de comparação. O setor de serviços responde por cerca de 70% do PIB. No ano, até maio, o desempenho do setor de serviços foi o seguinte: em janeiro -1,7%, em fevereiro ZERO, em março -0,3%, em abril 1,1%, chegando a -3,8% em maio.

O varejo também continua patinando em torno de ZERO: em janeiro 1%, em fevereiro 0,0%, em março 1,0%, em abril 0,7% e em maio -0,6%.

Seja qual for o indicador econômico, o resultado é sempre apontando fundo do poço, tendo como consequência milhões de desempregados espalhados pelo país. Até junho, conforme o IBGE, havia no país 13,7 milhões de desempregados. Somando-se com o subemprego e o desalento, resultam 27 milhões de pessoas sobrevivendo sabe-se lá como.

Fonte: Portal HP

Economia fraca e 'reforma' trabalhista criam novo perfil de desempregado

Marcio Pochmann*

Nas enquetes realizadas com a população, o problema da escassez do emprego emerge com maior centralidade entre os brasileiros. Ao mesmo tempo, o monitoramento dos riscos sociais revela que o medo do desemprego atinge patamar inédito, tendo o IBGE apontado para o universo de quase 28 milhões de pessoas comprometidos com a procura por trabalho, equivalendo a um trabalhador a cada três nessa dramática situação.

No governo Temer, o retorno das políticas neoliberais em uma economia combalida pela recessão não apenas aprofundou a dimensão do desemprego nacional. Também produziu um novo tipo de desempregado.

A elevação do desemprego em massa se transformou na principal referência relativa ao decréscimo do nível de atividade econômica no Brasil. Com a redução do nível de ocupação existente, a mão de obra crescentemente excedente passou a enfrentar o avanço da precarização movida pelo rebaixamento dos direitos e a liberalização desde os contratos a zero hora (trabalho intermitente) introduzidos pela reforma trabalhista desde o ano passado.

Da mesma forma que o tipo de ocupação foi sendo modificado em função do decréscimo da economia nacional, o perfil do desempregado altera-se segundo características pessoais. O contingente de desempregados cresce mais para pessoas com ensino superior, seguido para trabalhadores com o ensino médio.

Ao se considerar a evolução do desemprego conforme cor/raça percebe-se que a maior expansão transcorre para os trabalhadores não brancos, assim como levemente mais intenso aos homens. A evolução da taxa de desemprego nacional aponta a gravidade que assumiu para os segmentos com menos idade. O desemprego atinge mais de 2/5 das pessoas de 14 a 17 anos (43,6% de taxa de desemprego), ao passo que na faixa de 60 anos e mais de idade responde por 4,6%, quase 1/10 da taxa dos jovens desempregados. Na faixa de 18 a 24 anos, a taxa do desemprego encontra-se em 28,1%, ou seja, a cada três jovens que se encontram no mercado de trabalho, praticamente um situa-se na condição de desempregado.

Do ponto de vista do território nacional, o desemprego também apresenta comportamento bem diferenciado. Entre as cinco grandes regiões geográficas, a taxa de desemprego, a região Sul situa-se entre a que mais registra elevação, seguida da região Sudeste, do Centro Oeste, Nordeste e Norte, embora a maior taxa de desemprego tenha se concentrado na região Nordeste (15,9%) e a menor na região Sul (8,4%).

O estado da federação com maior elevação na taxa de desemprego aponta para Rondônia e o de menor aumento no Rio Grande do Norte. Em contrapartida, o estado do Amapá, com taxa de desemprego de 21,1%, registra o maior desemprego relativo à População Economicamente Ativa (PEA), ao passo que Santa Catarina, com 6,5% da PEA desempregada, mostra a menor taxa da nação.

Das 27 unidades da federação, constata-se que o conjunto de 12 estados apresenta taxa de desemprego abaixo da média nacional (13,1%) e 15 estados, em contrapartida, acima. Por outro



lado, 17 estados registram crescimento na taxa de desemprego abaixo da média nacional e 10 unidades da federação apresentaram acima.

O novo perfil do desemprego no país expressa efeitos da fase do decrescimento no conjunto das atividades econômicas, bem como da reforma trabalhista imposta pelo governo Temer. Nesse sentido, os trabalhadores, em cada região do Brasil, sofrem tanto da mais grave queda no nível das atividades econômicas como da liberalização das formas rebaixadas de contratação laboral ao patronato, autorizadas pelo atual desmonte das políticas de garantia dos direitos sociais e trabalhista.

**Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.*

Fonte: Rede Brasil Atual

Com Temer, renda e contribuição de autônomos à Previdência despencam

Os trabalhadores que se tornaram autônomos, nos últimos dois anos, ganham 33% a menos do que faturavam os brasileiros sem vínculos empregatícios antes do governo Temer. Além disso, oito em cada dez desses trabalhadores deixaram de contribuir com a Previdência Social.

Os dados que confirmam a realidade dessa categoria fazem parte de pesquisa divulgada pelo Dieese, com base em informações do IBGE. O instituto também revela que, assim como no trabalho formal, mulheres negras autônomas têm ainda menores rendimentos.

No Brasil, a cartilha neoliberal faz de empreendedorismo um eufemismo para tentativa de driblar o desemprego, encontrada pelos 5 milhões de brasileiros que começaram a trabalhar por conta própria durante o governo Temer. São 23 milhões de trabalhadores não têm vínculo empregatício.

De acordo com o economista do Dieese Gustavo Monteiro, os autônomos da crise econômica ganham menos de um salário mínimo por mês e assim como no mercado de trabalho formal, as mulheres negras têm o menor rendimento com uma média mensal de R\$ 809.

"A diferença (salarial entre homens brancos e mulheres negras) persistente no mercado dos que estão por conta própria. Só que nesse caso é ainda pior, porque como eles estão em ocupações de mais baixa qualificação, em setores menos dinâmicos, eles já ganham menos do que os empregados assalariados", explica Monteiro, no Seu Jornal da TVT.

Fonte: Rede Brasil Atual



Funcionários fazem paralisação contra privatização da Eletrobrás

Os trabalhadores da Eletrobrás fazem nesta terça-feira (17), uma greve de 24 horas em protesto contra o processo de desmonte e privatização da empresa e pela saída imediata de seu presidente Wilson Pinto. O movimento também repudia a tentativa do governo de cobrar dos funcionários a devolução dos valores recebidos por meio da Participação no Lucro e Resultados (PLR) em 2012 e 2013, que ao todo soma R\$ 75 milhões.

O governo incluiu a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND), mas foi impedido de seguir com a privatização após medida cautelar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, sob justificativa de que não é permitida a venda de estatais sem que antes seja autorizada pelo Congresso Nacional.

Com isso, Temer planejou a privatização através do desmembramento da empresa, a começar por suas distribuidoras. Estão na mira de Temer seis distribuidoras do Norte e Nordeste do país: Amazonas Energia; Centrais Elétricas de



Rondônia (Ceron); Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre); Companhia Energética de Alagoas (Ceal); Companhia de Energia do Piauí (Cepisa); e Boa Vista Energia (Roraima).

O objetivo do governo era fazer o leilão no dia 26 de julho. No entanto, para isso, um Projeto de Lei (PL 10.332/18) precisa ser aprovado na Câmara e no Senado antes do dia 18, ou seja, até esta quarta-feira, quando ambas as Casas entram em recesso.

O texto base do Projeto foi aprovado na Câmara por 203 votos contra 123, mas ainda precisa ser enviado para o Senado. Sem esse trâmite, também fica proibido o leilão, conforme determinou a juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro, que suspendeu o processo. “Entendo que, não havendo autorização legislativa para a transferência do controle acionário das ações das Distribuidoras abrangidas pelo Edital nº 2/2018-PPI/PND, e configurado o perigo na demora da prestação jurisdicional, a medida deve ser deferida”, afirmou sobre a ação civil pública ajuizada pela Associação dos Empregados da

Há um mês, em 11 de junho, os trabalhadores da Eletrobrás realizaram uma paralisação contra o plano apresentado por Temer para a privatização da empresa. Desta vez, as bases que não aderiram à greve farão manifestações nas sedes da empresa. O dirigente do STIU-DF, David Oliveira, promete enfrentamento à venda da estatal. “Mais uma vez vamos mostrar a força dos eletricitários. Em agosto completa um ano de acirrada disputa em defesa da Eletrobrás. Não vai ser agora que vamos ceder”, afirmou.

Fonte: Portal HP

Ministério amanhece com as salas reviradas

Servidores do Ministério do Trabalho encontraram salas da área de seguro-desemprego reviradas quando chegaram ao prédio na manhã desta segunda-feira (16). A Polícia Federal faz perícia no local.

As duas salas ficam no primeiro andar do prédio que está isolado para a perícia. De acordo com a assessoria de imprensa do ministério, em uma delas objetos foram quebrados, estão jogados no chão e os armários foram remexidos. Na outra, há portas de armários abertas.

De acordo com a assessoria, ainda não é possível afirmar se houve ocupação do prédio e se há sinais de arrombamento nas salas. O prédio tem câmeras de segurança que podem ter gravados as imagens do incidente.

O Ministério do Trabalho está no centro da operação Registro Espúrio, da Polícia Federal que apura a suspeita de fraudes no registro de sindicatos junto ao ministério.

No último dia 5, o então ministro do Trabalho, Helton Yomura, pediu exoneração do cargo após ter sido um dos alvos da terceira fase da operação. O chefe de gabinete de Yomura, Júlio de Souza Bernardes, foi preso temporariamente por cinco dias e teve os sigilos telefônicos e bancários quebrados. Ele também pediu exoneração do cargo.

Fonte: Agência Brasil

Para analista do Diap, eleição presidencial deste ano faz lembrar a de 1989

A um mês do início oficial da campanha eleitoral, o analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) André Luís dos Santos comenta o xadrez das articulações dos partidos e candidatos para as eleições 2018, que segundo ele, trazem semelhanças com o pleito de 1989 – o primeiro que teve Luiz Inácio Lula da Silva como candidato à Presidência. Em entrevista a Glauco Faria, da Rádio Brasil Atual, ele observou que os dois períodos eleitorais mostram características do que classifica como "conturbado cenário político".

Para André Luís, a quantidade de candidatos, a descrença da população com a política e o novo modelo de campanha eleitoral imposto pela minirreforma aprovada em 2017 são fatores comuns entre ambas as eleições, mas podendo levar à instabilidade do cenário eleitoral.

De acordo com as projeções divulgadas no início do ano pelo Diap, o pleito deste ano está marcado por um perfil mais conservador e com menor taxa de renovação, agravada pelas novas medidas eleitorais.

"O problema é que as condições que foram dadas para que as eleições aconteçam foram muito mais favoráveis a quem já está no mandato", argumenta André Luís, citando a redução no tempo de campanha e financiamento por meio do Fundo Partidário como exemplos de medidas que favorecem a reeleição dos atuais mandatos.

Fonte: Rede Brasil Atual



Juíza segue STF e nega pedido para obrigar a contribuição sindical

O Supremo Tribunal Federal já estabeleceu que o fim da contribuição sindical obrigatória, imposta pela última reforma trabalhista (Lei 13.467), é constitucional. Baseado nesse entendimento, a juíza Amanda Diniz Oliveira, da 24ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, não acolheu pedido do Sindicato dos Comerciantes para obrigar uma rede de supermercados a recolher a contribuição.

A juíza ressaltou que o Tribunal Superior do Trabalho já havia divulgado sua opinião favorável à constitucionalidade das alterações promovidas pela reforma trabalhista nos trechos que abordam a contribuição sindical.

"No entanto, diante da grande celeuma e divergências doutrinárias, foi ajuizada a ADI 5794 cuja decisão foi proferida no dia 29 de junho 2018 declarando a constitucionalidade do ponto da reforma trabalhista que extinguiu a obrigatoriedade da contribuição sindical", ressaltou a juíza.

Processo 0100156-42.2018.5.01.0024

Fonte: Consultor Jurídico



Comissão aprova passe livre para idosos e deficientes carentes

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou projeto que concede passe livre aos idosos e pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo urbano, intermunicipal e interestadual (PL 3372/97). A versão aprovada pelo colegiado altera a proposta original, da deputada Marinha Raupp (MDB-RO), que previa o benefício sem a ressalva da comprovação de renda e voltado apenas para o transporte intermunicipal.

O relator, deputado Caetano (PT-BA), explica que idosos e deficientes de menor renda são usuários frequentes dos ônibus, em razão da necessidade de deslocamento, seja para atividades rotineiras ou para acessar tratamentos de saúde ou reabilitação.

O texto prevê ainda que, para ter o direito à gratuidade, o registro de identidade civil deve constar a expressão “pessoa com deficiência”. O projeto também estabelece que o laudo médico de comprovação da deficiência seja exigido apenas uma única vez, para a emissão do documento de identidade para pessoas com deficiência permanente.

Lei em vigor - O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003) garante aos idosos a gratuidade no transporte público urbano e semiurbano e duas vagas gratuitas em cada veículo do transporte interestadual. No caso dos deficientes, a Lei nº 8.899, de 1994, concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência,

comprovadamente carentes, no sistema interestadual de transporte coletivo.

“Garantir aos idosos e deficientes a gratuidade no serviço público é, sem dúvida, um importante passo nesse sentido. Assim, não poderíamos ser contrários a medida dessa natureza, com a ressalva de que a gratuidade no transporte seja restrita apenas àqueles beneficiários comprovadamente carentes, para os deficientes nos três níveis da federação e, para os idosos, no transporte intermunicipal e interestadual”, explica o deputado Caetano.

Tramitação - O projeto, que tramita conclusivamente, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS